

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

**CONCURSO PÚBLICO**

# **FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS**

## **CADERNO DE QUESTÕES 14/06/2026**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>QUESTÕES</b>
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Legislação aplicada ao Setor Público	21 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 50
Prova Discursiva	-

**SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**Atenção:** Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**Dias nublados guardam o sol atrás deles.**

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

**LÍNGUA PORTUGUESA****Questões de 01 a 10**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

**Texto 1****Receita**

ingredientes  
2 conflitos de gerações  
4 esperanças perdidas  
3 litros de sangue fervido  
5 sonhos eróticos  
2 canções dos beatles

modo de preparar

dissolva os sonhos eróticos  
nos dois litros de sangue fervido  
e deixe gelar seu coração.

leve a mistura ao fogo,  
adicionando dois conflitos  
de gerações às esperanças perdidas.

corte tudo em pedacinhos  
e repita com as canções dos  
beatles o mesmo processo usado  
com os sonhos eróticos, mas desta  
vez deixe ferver um pouco mais e  
mexa até dissolver.

parte do sangue pode ser  
substituído por suco de  
groselha, mas os resultados  
não serão os mesmos.

sirva o poema simples  
ou com ilusões.

BEHR, Nicolas. Receita. In: 50 POEMAS de revolta. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2017. p. 73-74.

**QUESTÃO 01**

O poema utiliza a forma de uma receita culinária – com lista de ingredientes, modo de preparo e verbos de comando – como base para sua elaboração estética. Considerando essa configuração formal, essa escolha

- (A) preserva as convenções do gênero receita, mantendo finalidade instrucional voltada à execução prática do preparo descrito.
- (B) transpõe convenções do gênero receita para um formato predominantemente descritivo, priorizando a caracterização de estados afetivos.
- (C) retoma convenções do gênero receita e as transforma em recurso expressivo, combinando instruções simuladas a conteúdos metafóricos.
- (D) afasta-se das convenções do gênero receita, empregando sua aparência estrutural sem estabelecer relação funcional com esse modelo.

**QUESTÃO 02**

No poema, a combinação de elementos como sangue fervido, sonhos eróticos e esperanças perdidas integra metaforicamente o preparo descrito no texto. Considerando a relação entre esses componentes simbólicos e a construção da cena poética, essa reunião contribui para

- (A) indicar procedimentos operacionais voltados à conversão literal de emoções em substâncias manipuláveis conforme a lógica do preparo culinário.
- (B) compor uma representação condensada de experiências afetivas e culturais, que funcionam como matéria figurativa do processo criativo sugerido.
- (C) estabelecer uma hierarquia temática segundo a qual sentimentos dolorosos constituem a única origem legítima da produção poética.
- (D) apresentar um modelo prescritivo de criação literária baseado em parâmetros biográficos que poderiam ser generalizados como regra.

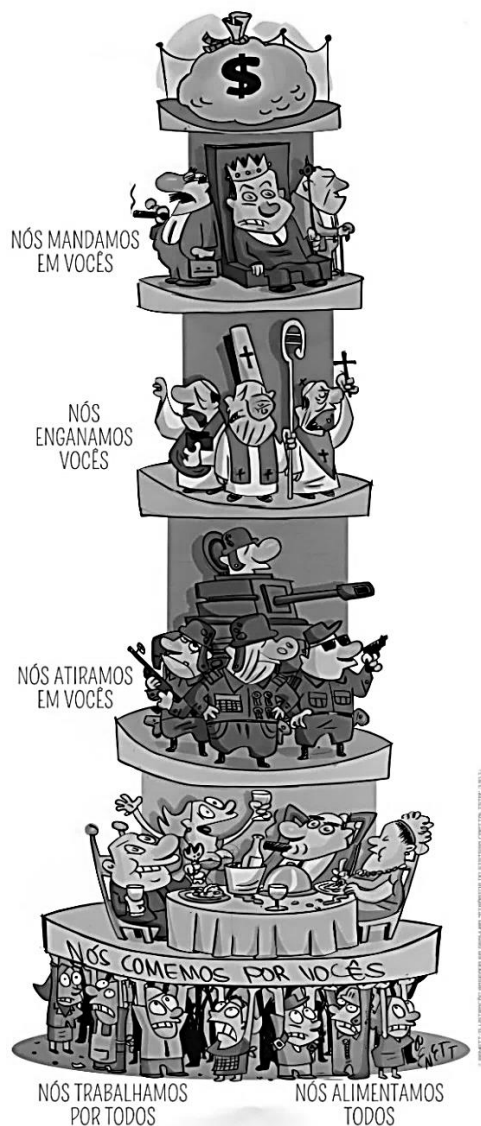
**QUESTÃO 03**

No poema, a lista de ingredientes combina elementos concretos e simbólicos, como “2 conflitos de gerações”, “5 sonhos eróticos” e “2 canções dos Beatles”, compondo um inventário que aproxima referências culturais da estrutura típica de receitas. Considerando os fatores de textualidade envolvidos, a referência às canções dos Beatles relaciona-se à

- (A) intencionalidade, ao sugerir que a presença das canções atende à expectativa de que textos poéticos apresentem conteúdos temáticos reconhecíveis pelo leitor.
- (B) informatividade, ao indicar que a menção aos Beatles atualiza o conteúdo do poema com a novidade de dados referentes a práticas culturais contemporâneas amplamente difundidas.
- (C) situacionalidade, ao evidenciar que o uso das canções deriva do contexto simbólico representado no poema com a simulação de situações efetivas de preparo culinário.
- (D) intertextualidade, ao integrar repertório artístico externo que passa a funcionar como componente da elaboração metafórica da receita.

## QUESTÃO 04

Leia o texto a seguir.



BENNET. Pirâmide do mundo capitalista. In: SEABRA, Luciana. O absurdo da desigualdade social. *Economia Clara*, 4 out. 2010.

Na charge apresentada, repete-se a estrutura verbal em primeira pessoa do plural: “nós mandamos”, “nós enganamos”, “nós atiramos”, “nós comemos”, “nós trabalhamos” e “nós alimentamos”. Essa escolha formal opera como mecanismo de produção de sentido ao

- (A) gerar ambiguidade quanto aos limites entre as classes representadas, dificultando a distinção entre sujeitos beneficiados e sujeitos explorados.
- (B) acionar pressuposto de coletividade homogênea, sugerindo que todos os grupos envolvidos compartilham funções equivalentes na manutenção da ordem social.
- (C) mobilizar o plural verbal para produzir contraste inferencial entre segmentos dominantes e segmentos subalternizados na estrutura social retratada.
- (D) conferir neutralidade enunciativa ao discurso, minimizando a força crítica ao evitar identificação explícita dos agentes socioeconômicos.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 07**.

### Texto 2

O velho (sei que eu não deveria falar “velho”, não é politicamente correto, deveria falar “o cidadão da terceira idade” ou o “idoso”; mas o da minha estória era um “velho” mesmo...), pois o velho, após 50 anos de ausência, voltava pela primeira vez ao sítio onde passara sua infância. Visitava as matas, os caminhos, o riachinho. Quantas vezes o saltara com um pulo! E resolveu fazer o que sempre fizera: pulou... e caiu no meio. Assentado na água ele comentou: “E não é que o danado do riachinho nesses anos todos alargou e eu não havia notado?”.

Aconteceu coisa parecida comigo, não com um riachinho, mas com um bujão de gás. Quantas vezes levantei um bujão de gás com u’a mão só. E foi o que fiz, corrijo-me, foi o que tentei fazer. Não realizei a proeza porque, no momento mesmo em que peguei o bujão, uma mordida no nervo da minha coluna me obrigou a largá-lo no chão. E lá fui eu, gemendo e andando como um caranguejo. Aí, como o velho, esse velho que lhes escreve, lamenta que os bujões tenham dobrado de peso sem que eu tenha sido avisado. Daí pra frente tem sido dor, tudo por causa do maldito bujão.

Já passei por várias experiências de dor. Hérnia de disco. Um ortopedista me disse que só opera hérnia de disco quando o sofredor está a ponto de cometer suicídio. Tudo, menos dor. Cálculo renal. No hospital aplicaram-me seis ampolas de Buscopan. Foi igual a água. Aí eu estava verde e comecei a vomitar de dor. O médico então disse à enfermeira: “Aplique uma Dolantina nele...” Ela aplicou. Não se passaram nem cinco minutos. Eu estava no Paraíso. Senti, então, a felicidade indescritível que não depende de prazer algum. Bastava não ter dor. Sem dor o universo é maravilhoso.

ALVES, Rubem. A dor. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2103200611.htm>. Acesso em: 28 nov. 2025. [Adaptado].

### QUESTÃO 05

No primeiro parágrafo da crônica, o texto apresenta informações sobre um personagem, seus deslocamentos e suas percepções ao revisitar um ambiente conhecido. Considerando a tipologia textual predominante nesse trecho, o parágrafo

- (A) privilegia um conjunto de caracterizações de espaços e impressões sensoriais, que servem de base para um quadro predominantemente descritivo.
- (B) desenvolve uma sequência centrada em ações encadeadas no tempo, que orientam a progressão do episódio relatado.
- (C) articula reflexões sobre escolhas linguísticas e julgamentos do narrador, configurando uma organização fundada em apreciações de natureza argumentativa.
- (D) organiza-se pela presença de enunciados diretos e intervenções de personagem, constituindo uma estrutura que se apoia na dinâmica da interlocução.

**QUESTÃO 06**

Na crônica, o narrador relata dois episódios. O efeito de humor resulta do modo como esses episódios são articulados. Considerando os mecanismos de sequenciação textual, tal efeito decorre principalmente

- (A) da variação lexical em torno dos elementos centrais de cada episódio, que intensifica o contraste entre intenção e resultado ao destacar avaliações expressivas do narrador.
- (B) do uso de conectores explicativos, que articulam os dois episódios e os transformam em justificativas diretas para refletir sobre os limites físicos da velhice.
- (C) do emprego de referência ambígua, que mistura as ações do velho e do narrador, apagando a distinção entre os dois e causando estranhamento cômico.
- (D) do paralelismo entre as duas narrativas, que repete o padrão de ação falha e cria uma referência cruzada para destacar a mudança nas condições do presente.

**QUESTÃO 07**

Ao relatar experiências intensas de dor e alívio, o narrador utiliza as expressões “o sofrimento está a ponto de cometer suicídio” e “Eu estava no Paraíso”, que ampliam semanticamente a percepção dos eventos narrados. Considerando os efeitos de sentido produzidos no texto, essas formulações

- (A) recorrem à hipérbole, ao intensificar a gravidade da dor, e à metáfora, ao representar o alívio extremo por meio de uma imagem simbólica.
- (B) mobilizam ironia, ao sugerir contraste crítico do sofrimento com a reação narrada, e a comparação, ao aproximar o alívio de uma experiência idealizada.
- (C) utilizam metonímia, ao substituir a dor por ações associadas a ela, e sinestesia, ao articular sensações físicas e espirituais em um mesmo enunciado.
- (D) empregam paradoxo, ao reunir ideias aparentemente contraditórias relacionadas à morte e à dor, e catacrese, ao empregar expressão que cristaliza um sentido figurado.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **08** e **09**.

**Texto 3**

É bem-vinda a lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos de todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto estabelece que a gestão pública deve obedecer a determinadas técnicas de linguagem em textos dirigidos aos cidadãos, como redigir frases curtas em ordem direta e trocar termos técnicos e jargões por sinônimos. Também não é permitido usar novas formas de flexão de gênero contrárias a normas gramaticais. Esta última regra despertou controvérsia por se referir à chamada linguagem neutra, que propõe mudanças na língua para incluir pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino – o pronome “todos” vira “todes”, adjetivos como “bonito” e “bonita” viram “bonite” ou “bonitx”, e, além de “ele” e “ela”, acrescenta-se o “elu”. Por óbvio, línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual, e é a partir do uso popular generalizado que elas são incorporadas aos dicionários. Ademais, mudanças na concordância entre as palavras – uma das consequências do gênero neutro em línguas latinas, como o português – são raras. Há um movimento em prol de maior entendimento entre Estado e sociedade. Facilitar o acesso a direitos e deveres passa necessariamente por facilitar a comunicação.

FOLHA DE S. PAULO. *Editorial*: o que a Folha pensa – Estado precisa falar a língua da população. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2025/11/estado-precisa-falar-a-lingua-da-populacao.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2025. [Adaptado].

**QUESTÃO 08**

O Texto 3 é um editorial que acompanha a discussão sobre diretrizes legais e critérios de redação aplicados à comunicação estatal. Conforme a interpretação apresentada pelo editorial, a nova legislação, no que se refere ao uso de “formas de flexão de gênero” em textos oficiais, estabelece que

- (A) textos produzidos pela administração pública devem contemplar variações sociolinguísticas amplamente observadas, ainda que não integrem a gramática padronizada.
- (B) documentos oficiais devem adotar as flexões reconhecidas pelas normas gramaticais em vigor, evitando formas inovadoras que ainda não se integraram ao padrão exigido pelo Estado.
- (C) comunicações institucionais devem incorporar flexões alternativas associadas a demandas identitárias contemporâneas, considerando que essas formas circulam em determinados grupos sociais.
- (D) órgãos públicos devem recorrer a soluções de neutralidade linguística como forma de uniformizar a comunicação, tomando como referência práticas emergentes de uso social.

**QUESTÃO 09**

O editorial trata de aspectos gerais do funcionamento das línguas ao discutir a relação entre mudanças linguísticas e práticas normativas. A passagem “línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual” mobiliza um tipo de argumentação que

- (A) sugere a existência de levantamentos quantitativos que medem a velocidade de transformação das estruturas linguísticas, ainda que tais dados não sejam explicitamente mencionados no texto.
- (B) recorre a uma relação entre causa e efeito ao pressupor que modificações morfológicas adotadas por grupos específicos acarretariam mudanças obrigatórias nos sistemas normativos.
- (C) constrói uma projeção interpretativa que toma alterações possíveis nas línguas como cenários especulativos para transformações futuras em regras gramaticais.
- (D) apresenta um princípio de natureza descritiva sobre a dinâmica de funcionamento das línguas, utilizado para respaldar a ideia de que certas mudanças não se incorporam de modo imediato ao uso institucional.

**QUESTÃO 10**

Leia o texto a seguir.



Disponível em: <https://www.iguatamaagora.com.br/noticia/828/metaacolher-campanha-de-prevencao-ao-feminicidio>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Na peça publicitária, o enunciado “A melhor arma contra o feminicídio é a colher” aparece acompanhado da imagem de uma colher metálica em destaque. A formulação retoma e transforma um ditado amplamente difundido na cultura brasileira, produzindo um efeito de sentido que

- (A) reforça, por meio de citação literal, a concepção tradicional de que conflitos domésticos devem permanecer restritos ao âmbito privado.
- (B) neutraliza o valor simbólico da expressão proverbial ao reinterpretá-la como instrução objetiva de uso de objetos domésticos como instrumentos de autodefesa.
- (C) subverte ironicamente a lógica do provérbio original ao converter a ideia de não intervenção em incentivo explícito ao acolhimento e à denúncia da violência.
- (D) reitera o sentido literal do ditado ao associar a “colher” à passividade diante de situações de ameaça no ambiente familiar.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO****Questões de 11 a 15****QUESTÃO 11**

O Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial de um banco que vendia títulos de crédito falsos. Essa instituição emitia um título falso com a promessa de pagar 40%, de juros simples ao ano, acima da taxa básica, que era de 15% ao ano. Um cliente comprou desse título falso no valor de R\$ 250.000,00. Após um ano, o Fundo Garantidor de Créditos irá devolver o valor aplicado, mas sem correções. Qual a diferença, em real, entre o valor prometido de juros nessa fraude e o valor dos juros se tivesse aplicado em outro banco a Juros Simples de 15% ao ano, nesse período?

- (A) 37.500.
- (B) 100.000.
- (C) 112.500.
- (D) 137.500.

**QUESTÃO 12**

Ao calcular a média ponderada das notas de três provas de Matemática, com pesos 1; 2 e 3 respectivamente, o estudante calculou corretamente o numerador, mas erroneamente dividiu por 3, obtendo o valor 10,0. Sabendo que a nota da segunda prova foi 6,0 e a da terceira foi 5,0, qual o valor da primeira nota (N1) e qual a média ponderada correta?

- (A) N1 = 3,0; média ponderada = 5,0.  
 (B) N1 = 4,0; média ponderada = 5,5.  
 (C) N1 = 5,0; média ponderada = 5,0.  
 (D) N1 = 6,0; média ponderada = 5,5.

**QUESTÃO 13**

Uma pessoa esqueceu a sua senha para acesso a um jogo. A senha tem 4 dígitos, e cada dígito é um número de 0 a 9. Após tentar descobrir a senha, ele reuniu as seguintes informações:

- 2579: apenas três desses dígitos estão presentes na senha, já na posição correta;
- 1389: nenhum desses dígitos está presente na senha;
- 0267: apenas dois dígitos estão presentes na senha, mas ambos estão em posições erradas da senha.

Qual é a senha correta?

- (A) 0 5 7 4.  
 (B) 2 4 5 7.  
 (C) 2 5 7 0.  
 (D) 2 5 7 4.

**QUESTÃO 14**

Um detetive recebe as seguintes premissas compostas A e B, sobre 3 estudantes (p, q, r) e precisa deduzir quem usou IA para fazer um trabalho escolar:

$$A = (p \vee q) \wedge r \text{ e } B = \sim(q \rightarrow \sim r)$$

Usando lógica de proposições, ele consegue argumentar e solucionar mais um caso, concluindo, com certeza, que a proposição composta verdadeira é

- (A)  $\sim p \vee \sim q \vee \sim r$   
 (B)  $p \wedge q \wedge \sim r$   
 (C)  $p \wedge q \wedge r$   
 (D)  $\sim p \vee q \wedge r$

**QUESTÃO 15**

Sejam os 3 conjuntos:

$$A = \{n \in \mathbb{N} \mid 75 \leq n \leq 100\}, B = \{n \in \mathbb{N} \mid n = 5k, k \in \mathbb{N}\} \text{ e } C = \{n \in \mathbb{N} \mid n \text{ é divisível por } 10\}.$$

Quantos elementos tem o conjunto obtido pela diferença  $(A \cap B) \setminus (A \cap C)$ ?

- (A) 1.  
 (B) 2.  
 (C) 3.  
 (D) 6.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA****Questões de 16 a 20****QUESTÃO 16**

No LibreOffice Writer versão 26.2.1, os atalhos de teclado são utilizados para agilizar a edição e formatação de textos. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para sublinhar um texto selecionado, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + B.  
 (B) Ctrl+ I.  
 (C) Ctrl + U.  
 (D) Ctrl + S.

**QUESTÃO 17**

No navegador Google Chrome – Versão 142.0.7444.176 (Versão oficial) 64 bits operado em ambiente Windows, os atalhos de teclado são amplamente utilizados para tornar a navegação mais rápida e eficiente. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para abrir uma nova aba, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + N.  
 (B) Ctrl + W.  
 (C) Ctrl + T.  
 (D) Ctrl + Shift + N.

**QUESTÃO 18**

No Google Drive, ao compartilhar um arquivo com a permissão de visualização, o usuário destinatário terá acesso ao conteúdo conforme os limites definidos por esse tipo de permissão. Nesse contexto, o destinatário poderá

- (A) acessar o arquivo para leitura e realizar alterações por meio de sugestões.
- (B) visualizar o conteúdo do arquivo, podendo ou não efetuar o download, conforme as restrições definidas pelo proprietário.
- (C) editar diretamente o arquivo, desde que possua conta Google vinculada ao domínio do proprietário.
- (D) alterar permissões de acesso apenas para outros usuários convidados posteriormente.

**QUESTÃO 19**

Considere que o símbolo de soma denota combinação de teclas. No Windows 11, além do atalho Alt + Tab, que exibe uma visualização com todos os aplicativos abertos, existe um atalho que permite alternar diretamente entre janelas abertas, sem exibir essa visualização de seleção. Esse atalho é

- (A) Ctrl + Tab.
- (B) Ctrl + Alt + Del.
- (C) Win + Tab.
- (D) Alt + Esc.

**QUESTÃO 20**

No LibreOffice Calc Versão 7.6.5.2, as células contíguas A1 a A4 estão populadas respectivamente com os seguintes valores: 4, 5, 12, e -3. A fórmula que ocasiona o valor -42 é a

- (A) =SOMA(A1:A4)\*-2.
- (B) =SOMA(A1:A3)\*4.
- (C) =SOMA(A1:A3)\*-2.
- (D) =SOMA(A1:A4)\*-4.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO****Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

Nos termos expressos na Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer, entre outros, aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) razoabilidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade do serviço público.

**QUESTÃO 22**

Um servidor público toma decisão legal, mas que gera reprovação social por contrariar valores compartilhados pela comunidade. Considerando distinções entre ética e moral, a situação evidencia que a moral

- (A) possui o mesmo conteúdo da ética, em que pese a esfera moral estar relacionada à legalidade.
- (B) relaciona-se a valores culturais e sociais, enquanto a ética envolve reflexão racional sobre o modo correto de agir.
- (C) determina-se pelos princípios filosóficos, ao passo que a ética decorre de costumes locais e saberes populares.
- (D) vincula decisões legais, pois a moralidade administrativa corresponde à moral social e à cultura local.

**QUESTÃO 23**

Um servidor municipal fiscaliza estabelecimentos e determina a interdição temporária de espaço por risco sanitário, sem intervenção judicial. A atuação corresponde ao

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder de polícia.

**QUESTÃO 24**

Após o planejamento da contratação, ocorre a etapa de verificação da habilitação das licitantes e de exame das propostas, culminando com o julgamento. Essa fase corresponde à fase de

- (A) execução contratual.
- (B) seleção do fornecedor.
- (C) recursos.
- (D) gestão orçamentária.

**QUESTÃO 25**

Servidor utiliza bens e serviços públicos para construir muro de sua chácara. À luz dos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429/1992, a conduta caracteriza

- (A) irregularidade, seja por dolo ou culpa, sem repercussão na Lei de Improbidade.
- (B) improbidade por dano ao erário, independente de dolo.
- (C) improbidade por enriquecimento ilícito, com necessidade de demonstração de dolo.
- (D) irregularidade por violação abstrata de princípios, independente de dolo.

**QUESTÃO 26**

Considerando o sistema orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (A) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estimando receitas e despesas anuais.
- (B) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, definindo a política de gastos públicos.
- (C) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, estabelecendo o orçamento fiscal e da seguridade.
- (D) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo metas e prioridades da Administração.

**QUESTÃO 27**

Ao receber pedido de acesso a informações de interesse geral, considerando a Lei nº 12.527/2011, o órgão público, por meio do servidor responsável,

- (A) deve responder em até vinte dias para indicar agenda de consulta, sendo o prazo improrrogável.
- (B) pode apresentar esclarecimento complementar em até trinta dias após análise inicial.
- (C) deve conceder acesso imediato ou responder em até vinte dias, com possível prorrogação por dez dias mediante justificativa.
- (D) pode encaminhar o pedido a outra entidade em até vinte dias, que terá até 10 dias, mediante justificativa, para responder.

**QUESTÃO 28**

Para garantir a proteção de dados sob o seu domínio, o poder público

- (A) deve tratar dados pessoais para fins de interesse público, com base em competências legais, indicar finalidades, hipóteses de tratamento e encarregado, e compartilhar dados com particulares nos casos estritamente previstos na LGPD.
- (B) deve exigir, para o tratamento de dados pessoais, em todas as hipóteses, consentimento expresso do titular, ainda que a administração atue para cumprir competências legais, executar políticas públicas ou compartilhar dados em razão de convênios específicos.
- (C) pode transferir livremente bancos de dados completos a entidades privadas, desde que mencione cláusula genérica de cooperação em instrumento contratual, sem necessidade de finalidade delimitada ou de publicidade prévia do compartilhamento realizado.
- (D) deve seguir as regras estabelecidas na LGPD para o tratamento de dados pessoais, exceto no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, por seguirem o regime jurídico próprio das empresas privadas.

**QUESTÃO 29**

A Lei nº 1.488/2010 estabelece que o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa por etapa inicial de desempenho funcional, cujo prazo, requisitos avaliativos e efeitos estão definidos no texto legal. De acordo com essa disciplina normativa, o estágio probatório tem duração de

- (A) dois anos, aplicável também aos ocupantes de cargos em comissão, exigindo, nesse caso, a comprovação de presença ao serviço e entrega das declarações funcionais iniciais.
- (B) dois anos, contados da posse, sendo avaliado pelo chefe imediato quanto à assiduidade e ao cumprimento das rotinas administrativas.
- (C) três anos, calculado desde a nomeação, sendo a análise baseada na produtividade individual e no resultado das metas funcionais.
- (D) três anos, contados do início do exercício, com avaliação por comissão quanto à idoneidade moral, assiduidade, pontualidade, disciplina, aptidão e eficiência.

**QUESTÃO 30**

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, no tocante aos direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos municipais, a jornada de trabalho normal do servidor

- (A) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta e quatro horas semanais.
- (B) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta horas semanais.
- (C) impõe remuneração do serviço extraordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.
- (D) impõe remuneração do serviço ordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 31**

De acordo com o Código de Posturas de Senador Canedo no art. 9º compete ao proprietário do imóvel ou ao seu ocupante, a execução e conservação de passeios, muros, cercas e muralhas de sustentação, bem como manter a limpeza do seu passeio e sarjeta fronteira à sua residência. Dessa forma, qual é o prazo máximo que os responsáveis pelos terrenos terão, depois de notificados, para a execução dos passeios?

- (A) 30 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 120 dias.

**QUESTÃO 32**

Leia o caso a seguir.

Na análise de projeto para edifício em zona estritamente residencial, o órgão técnico constata que a Lei de Zoneamento estabelece, para aquela zona, um limite de altura mais restritivo do que o parâmetro geral de altura máxima previsto no Código de Obras para edificações semelhantes. O arquiteto responsável argumenta que deve prevalecer o índice mais permissivo, por ser mais vantajoso economicamente.

Levando em consideração a hierarquia e a finalidade das normas urbanísticas, a norma que deve ser aplicada nesse caso é

- (A) o limite mais restritivo previsto na Lei de Zoneamento, por se tratar de norma específica para aquela zona da cidade, que prevalece sobre o parâmetro geral do Código de Obras.
- (B) o parâmetro geral previsto no Código de Obras, por ser norma de caráter técnico que se sobrepõe às restrições da Lei de Zoneamento quando houver divergência.
- (C) o limite escolhido a critério do órgão técnico, desde que haja parecer indicando que o índice selecionado é mais conveniente sob o ponto de vista econômico do empreendimento.
- (D) a suspensão da análise do projeto, por se entender que nenhuma das normas deve prevalecer até a edição de nova lei que unifique os parâmetros urbanísticos conflitantes.

**QUESTÃO 33**

Leia o caso a seguir.

A empresa A. pretende iniciar atividade comercial em um imóvel situado em zona compatível com uso misto, em que se admite comércio de pequeno porte. O setor de fiscalização urbana esclarece que, além da regularidade construtiva da edificação, é necessário um ato administrativo específico para permitir o exercício da atividade naquele local.

O documento que, na situação descrita, formaliza a autorização para o exercício da atividade econômica no imóvel, vinculado à compatibilidade com o zoneamento e às normas urbanísticas, é

- (A) a licença para edificar, destinada a autorizar a execução de obras novas ou reformas na edificação, sem tratar diretamente da instalação ou do funcionamento da atividade econômica.
- (B) o habite-se, voltado a atestar que a obra foi concluída em conformidade com o projeto aprovado e que a edificação está apta à ocupação, sem, por si só, autorizar o exercício de atividade comercial no local.
- (C) o alvará de localização, que condiciona o início e a continuidade da atividade econômica à conformidade do imóvel e do uso pretendido com o zoneamento urbano e com as demais normas de uso e ocupação do solo.
- (D) a certidão de uso do solo, voltada a informar as características e restrições urbanísticas da área, sem substituir o ato específico de licença exigido para o funcionamento regular da atividade no imóvel.

**QUESTÃO 34**

Em relação às diferentes modalidades de parcelamento do solo urbano no município de Senador Canedo, de acordo com o art. 8º da Lei nº 1.377/2008, o remanejamento

- (A) consiste na alteração das divisas de dois ou mais lotes, desde que resulte na abertura de novas vias ou logradouros públicos.
- (B) caracteriza-se pela reanálise de parcelamento já aprovado, onde poderá ocorrer a subdivisão de áreas ou quadras.
- (C) é definido como a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias públicas e criação de novas frentes para circulação.
- (D) corresponde à modificação de dois ou mais lotes, alterando divisas e confrontações, sem alteração das vias existentes, desde que o parcelamento já tenha sido aprovado.

**QUESTÃO 35**

Leia o caso a seguir.

O Município X vem enfrentando problemas com construções irregulares em áreas de expansão urbana, especialmente em glebas recém-inseridas na malha urbana. Para conter esses abusos, a administração municipal intensificou a atuação de seus fiscais, que passaram a verificar projetos, licenças e a conformidade das obras com o zoneamento e o Código de Obras.

Nesse contexto, a atuação do Município X relacionada à limitação de usos da propriedade privada, em benefício da coletividade e da ordenação do espaço urbano, corresponde ao exercício de poder

- (A) regulamentar, que confere à administração competência para editar atos normativos com força de lei, incidindo diretamente sobre a propriedade.
- (B) disciplinar, voltado à aplicação de sanções internas a servidores e particulares que possuem vínculo específico com a administração.
- (C) hierárquico, destinado a organizar a estrutura interna da administração, distribuindo competências entre órgãos e agentes.
- (D) de polícia, que condiciona ou restringe o uso da propriedade privada, visando à preservação do interesse público e da função social do solo urbano.

**QUESTÃO 36**

Leia o caso a seguir.

Durante operação de fiscalização no Município de Senador Canedo, um fiscal de serviços urbanos constata que determinado estabelecimento comercial funciona sem alvará e apresenta risco estrutural iminente aos usuários. Diante da situação, determina a interdição imediata do local, sem prévia instauração de processo administrativo, assegurando ao administrado a possibilidade de defesa em momento posterior.

Considerando a evolução, os atributos, os limites e os meios de atuação do poder de polícia administrativa, a medida tomada é

- (A) inválida, pois, embora o poder de polícia possua coercibilidade, a autoexecutoriedade depende de autorização judicial prévia quando implicar restrição ao exercício de atividade econômica, sob pena de violação à livre iniciativa e à reserva de jurisdição.
- (B) válida, pois o poder de polícia administrativa, em razão de sua natureza discricionária, autoriza a Administração a agir independentemente de previsão legal específica, bastando a invocação do interesse público para legitimar a interdição e afastar eventual controle judicial sobre o mérito do ato administrativo.
- (C) inválida, pois o exercício do poder de polícia exige contraditório e ampla defesa prévios em qualquer hipótese, sendo vedada a adoção de medidas restritivas antes da instauração formal de processo administrativo, ainda que presente situação de risco iminente à coletividade.
- (D) válida, pois o poder de polícia administrativa possui atributo de autoexecutoriedade, permitindo a adoção imediata de medidas restritivas sem intervenção judicial, desde que haja previsão legal, risco concreto à coletividade e garantia de contraditório diferido.

**QUESTÃO 37**

Leia o caso a seguir.

Em determinada via de bairro do Município Y, três imóveis apresentam irregularidades distintas:

- Imóvel A: alteração de cor de fachada em desacordo com padrão definido em regulamento específico do loteamento.
- Imóvel B: instalação de gradil avançando sobre a calçada, obrigando pedestres a caminhar sobre a pista de veículos.
- Imóvel C: construção de pavimento adicional sem qualquer licença, com sinais de sobrecarga na estrutura.

Com base no caso e à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na atuação fiscalizatória urbanística, a resposta administrativa é

- (A) aplicar a mesma multa máxima a todos os imóveis, de modo a assegurar tratamento absolutamente idêntico entre os proprietários, independentemente gravidade das irregularidades verificadas pela fiscalização municipal.
- (B) deixar de autuar o imóvel C, pois a inexistência de reclamações de vizinhos afasta a necessidade de intervenção imediata da administração pública, priorizando-se apenas situações em que haja manifestação formal de terceiros.
- (C) priorizar medidas mais gravosas, como embargo, interdição e demolição parcial, nos casos B e C, reservando ao caso A uma sanção mais branda e prazo para adequação à norma estética da administração municipal.
- (D) concentrar a fiscalização apenas no imóvel A, uma vez que a alteração de fachada é mais perceptível na paisagem urbana, deixando as demais situações para eventual verificação futura pela administração municipal.

**QUESTÃO 38**

Leia o caso a seguir.

Em vistoria a um centro de atendimento ao público, localizado na área central de Senador Canedo, o Fiscal de Serviços Urbanos observa que a maioria dos usuários precisa transitar entre a calçada, a recepção e as salas de atendimento. O prédio foi construído há alguns anos, e o proprietário iniciou adaptações para atender às normas de acessibilidade, solicitando orientação do órgão municipal.

Uma medida que efetivamente materializa o controle e as normas de acesso a prédios e serviços para pessoas com deficiência, idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo é a adoção

- (A) da manutenção dos degraus na entrada principal, orientando pessoas com mobilidade reduzida a utilizar acesso lateral de serviço, sem rota contínua nem sinalização adequada para seu deslocamento.
- (B) da instalação de rota acessível contínua entre a calçada e as principais áreas de uso público, com rampas em inclinação adequada, corrimãos, largura suficiente e, quando cabível, sinalização tátil no piso, garantindo circulação autônoma e segura.
- (C) da simples reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e idosos, mantendo inalteradas as rotas internas de circulação de pedestres, ainda que existam barreiras arquitetônicas no percurso.
- (D) da fixação de avisos orientando que pessoas com deficiência devem solicitar auxílio de funcionários para serem conduzidas até os locais de atendimento, sem qualquer alteração física no trajeto de acesso.

**QUESTÃO 39**

Leia o caso a seguir.

Em vistoria final para emissão de habite-se de um edifício comercial, o fiscal constata que a marquise da fachada principal avançou alguns centímetros além do alinhamento aprovado, projetando-se sobre o passeio público. A irregularidade não compromete a estabilidade da edificação, mas contraria as normas do Código de Obras e do Código de Posturas. O proprietário alega que seria desproporcional exigir demolição integral da marquise ou do edifício.

Considerando o controle urbanístico e a necessidade de solução proporcional, a atuação devida do órgão municipal é

- (A) determinar a demolição integral do edifício, entendendo que qualquer avanço da marquise sobre o passeio torna inviável sua permanência, ainda que não haja risco estrutural ou bloqueio completo da circulação de pedestres.
- (B) avaliar, se houver previsão legal, a possibilidade de regularizar a situação com revisão do projeto, aplicação de penalidade e ajustes limitados na marquise, evitando medida mais gravosa do que o necessário diante da dimensão da irregularidade.
- (C) desconsiderar a irregularidade e liberar o habite-se sem registro, por entender que o reduzido avanço da marquise sobre o passeio não produz efeitos relevantes e não justifica qualquer providência administrativa adicional.
- (D) declarar a perda da propriedade particular e incorporar o imóvel ao patrimônio municipal, tomando a irregularidade da marquise como fundamento suficiente para essa medida extrema de caráter sancionatório.

**QUESTÃO 40**

Leia o caso a seguir.

Em área rural em processo de urbanização, um proprietário pretende transformar uma grande gleba em área urbana, com abertura de vias de circulação, implantação de quadras e destinação de áreas para equipamentos públicos. O projeto prevê lotes individuais para futura edificação e deve ser submetido à análise municipal.

À luz da legislação de parcelamento do solo urbano, a intervenção descrita caracteriza

- (A) loteamento.
- (B) desmembramento.
- (C) simples fracionamento imobiliário.
- (D) loteamento fechado.

**QUESTÃO 41**

Leia o caso a seguir.

A Prefeitura do Município de Senador Canedo promoveu concurso público para o cargo de Fiscal de Serviços Urbanos, justificando que o crescimento da cidade tem exigido maior controle sobre o uso e a ocupação do solo, as edificações e o cumprimento das posturas municipais. Na divulgação do edital, destacou-se que o cargo integra as ações permanentes de fiscalização urbanística.

Considerando a descrição sumária das atividades desse cargo, a atuação típica esperada do Fiscal de Serviços Urbanos é

- (A) realizar levantamentos técnicos e administrativos sobre imóveis e atividades urbanas, com a finalidade de subsidiar a atualização do cadastro municipal, com o intuito de fixar o valor venal dos imóveis de Senador Canedo.
- (B) participar de estudos e propor diretrizes técnicas para a organização do espaço urbano e o planejamento de políticas públicas de desenvolvimento municipal com base em diagnósticos e dados territoriais.
- (C) acompanhar procedimentos administrativos e produzir relatórios técnicos destinados a apoiar a atuação jurídica do Município em matérias urbanas, representando o município judicialmente.
- (D) planejar, supervisionar, fiscalizar, controlar e orientar o uso e a ocupação do solo urbano, as obras e edificações e o cumprimento das posturas municipais e legislação pertinente.

**QUESTÃO 42**

Leia o caso a seguir.

Em operação de rotina, a equipe de fiscalização de Senador Canedo visita obra de edifício multifamiliar com licença regularmente expedida. Durante a vistoria, constata-se que o projeto executado difere significativamente do aprovado: houve aumento da área construída, supressão de recuos laterais e mudança na disposição de vagas de estacionamento, sem qualquer pedido de alteração de projeto.

Do ponto de vista do procedimento administrativo adequado ao exercício do poder de polícia, a sequência de atos que melhor se coaduna com a situação é

- (A) aplicar multa em valor máximo de imediato, descrevendo de forma genérica a irregularidade, sem indicar detalhadamente o fundamento legal, e liberar a continuidade da obra após o pagamento da penalidade pelo responsável, e, assim, exercer a ampla defesa.
- (B) elaborar apenas relatório interno sigiloso, registrando a constatação da divergência entre o projeto executado e o aprovado, sem lavrar qualquer documento dirigido ao particular, e aguardar eventual pedido espontâneo de regularização da situação.
- (C) lavrar termo de embargo da obra, expedir auto de infração descrevendo com precisão a irregularidade e o dispositivo violado, assegurar prazo para defesa ao responsável e manter a obra paralisada até decisão da autoridade competente sobre as medidas cabíveis.
- (D) revogar retroativamente a licença expedida para a obra, considerar inválida a aprovação anterior sem instaurar processo administrativo, e deixar de oportunizar ao particular o contraditório e a ampla defesa em relação às irregularidades verificadas.

**QUESTÃO 43**

Leia o caso a seguir.

A partir de denúncias, a fiscalização urbana de Senador Canedo identifica ocupações em áreas pertencentes ao Município, algumas com construções precárias e ligações irregulares de água e energia. Não há qualquer ato formal de autorização ou concessão de uso. A administração avalia medidas de regularização fundiária, mas precisa, inicialmente, qualificar juridicamente a situação.

A ocupação descrita corresponde, em relação ao regime jurídico dos imóveis municipais,

- (A) a posse legítima, pois o atendimento à função social dispensa comprovação de autorização do Poder Público.
- (B) o uso especial automaticamente consolidado para moradia, independentemente de qualquer procedimento administrativo.
- (C) a ocupação irregular de imóvel público, sujeita a medidas administrativas como desocupação, regularização ou remoção, conforme o interesse público.
- (D) a concessão de direito real de uso tácita, reconhecida apenas pelo decurso de tempo de permanência dos ocupantes.

**QUESTÃO 44**

Leia o texto a seguir.

Um empreendimento comercial concluiu a construção de seu prédio em Senador Canedo com base em projeto aprovado pelo órgão municipal. Após a vistoria final da obra, a empresa deseja iniciar o funcionamento da atividade no local, observando os procedimentos exigidos pela legislação urbana e de posturas.

A sequência de atos administrativos que respeita a lógica do licenciamento urbanístico e do exercício da atividade econômica é:

- (A) requerer alvará de localização que, uma vez concedido, torna dispensável a emissão de habite-se para a edificação, mas a vistoria é indispensável para a atividade do imóvel ser realizada.
- (B) requerer habite-se, após vistoria que constate a conformidade da obra com o projeto aprovado, e, em seguida, solicitar alvará de localização para o exercício da atividade no imóvel.
- (C) requerer nova licença para edificar, pois a conclusão da obra exige renovação da autorização inicial antes da ocupação do imóvel, sendo que é desnecessário o requerer o habite-se.
- (D) requerer alvará de localização antes de qualquer vistoria, deixando a emissão do habite-se para momento posterior e meramente facultativo, sendo que a vistoria é indispensável.

**QUESTÃO 45**

Leia o texto a seguir.

Em região periférica, a fiscalização identifica gleba subdividida informalmente em diversos "lotes", com abertura precária de vias, ausência de destinação formal de áreas verdes e equipamentos públicos, além de comercialização de parcelas por contrato particular. Não há aprovação municipal nem registro do parcelamento em cartório. Os moradores alegam que "cada um comprou seu pedaço de terra" e que se trata apenas de negócio privado.

Do ponto de vista da legislação de parcelamento do solo urbano, a situação descrita configura

- (A) loteamento clandestino, pela ausência de aprovação e de registro, sujeitando o parcelador a medidas administrativas e penais, além da necessidade de regularização urbanística da área.
- (B) simples vício formal sanável apenas com o pagamento de tributos atrasados e taxas administrativas, sem outras consequências urbanísticas relevantes para os responsáveis.
- (C) condomínio edilício horizontal, já que há divisão fática em unidades, ainda que sem registro, podendo ser regularizado com o pagamento de multa.
- (D) mera ocupação irregular pelos compradores, sem relevância jurídica para os responsáveis pela subdivisão da gleba ou pela comercialização dos lotes, não se aplicando sanções de caráter administrativo.

**QUESTÃO 46**

Leia o texto a seguir.

Em uma reunião com técnicos da Secretaria de Urbanismo, um grupo de arquitetos questiona a diferença entre os atos administrativos envolvidos na construção e na ocupação de uma edificação. Os técnicos explicam que o Município exige, em regra, um ato para autorizar a execução da obra e outro para reconhecer que a edificação está concluída e apta ao uso.

Nesse contexto, a relação adequada entre esses atos é

- (A) o habite-se autoriza a execução da fundação, enquanto a licença para edificar é exigida apenas ao final, para liberar a ocupação.
- (B) a licença para edificar é substituída automaticamente pelo alvará de localização, dispensando o habite-se.
- (C) o habite-se é ato exclusivamente fiscal e tributário, sem relação com a regularidade técnica da obra.
- (D) a licença para edificar autoriza a execução da obra, enquanto o habite-se atesta que a construção foi concluída conforme o projeto aprovado e está apta à ocupação.

**QUESTÃO 47**

Leia o caso a seguir.

Durante fiscalização de fachada em estabelecimento comercial, o Fiscal constata irregularidade formal na comunicação visual, mas condiciona a "tolerância" ao compromisso do proprietário em doar materiais de construção para campanha institucional do Município. O proprietário, temendo prejuízos, sente-se coagido a aceitar.

Considerando fundamentos, finalidade e limites do poder de polícia, essa conduta do Fiscal caracteriza

- (A) exercício legítimo da autoexecutoriedade.
- (B) manifestação regular da discricionariedade.
- (C) desvio de finalidade.
- (D) atuação compatível com a eficiência administrativa.

**QUESTÃO 48**

Leia o caso a seguir.

O Município de Senador Canedo iniciou operação especial de fiscalização em área de expansão, onde foram identificadas várias obras iniciadas sem qualquer análise prévia do órgão competente. Em uma dessas obras, já há fundações e parte da estrutura erguida, mas o responsável não apresentou licença ou projeto aprovado. Os fiscais precisam registrar a irregularidade e impor medidas proporcionais.

Considerando o ciclo do poder de polícia (ordenação, consentimento, fiscalização e sanção), o ato que representa a etapa de sanção nessa situação é

- (A) lavrar relatório de vistoria, apenas descrevendo as condições encontradas, sem indicação de infração ou penalidade.
- (B) expedir auto de infração e aplicar multa, podendo, se cabível, determinar embargo da obra com fundamento na legislação urbanística.
- (C) analisar o projeto arquitetônico apresentado pelo responsável, com vistas à concessão de futura licença.
- (D) realizar vistoria preliminar exclusiva, apenas para conferir alinhamento e recuos, sem qualquer registro formal da irregularidade.

**QUESTÃO 49**

Leia o caso a seguir.

Em zona classificada pela Lei de Zoneamento de Senador Canedo como "estritamente residencial", admite-se, sob determinadas condições, a instalação de atividades não residenciais de baixa incomodidade. Um proprietário pretende transformar sua residência em clínica de pequenos atendimentos ambulatoriais, sem ampliação da área construída, com fluxo moderado de pessoas e veículos.

Considerando o controle sobre o uso e ordenamento do solo, a atuação adequada do órgão de fiscalização e licenciamento é

- (A) adotar o indeferimento imediato do pedido, sob o entendimento de que qualquer uso não residencial é incompatível com zona estritamente residencial, mesmo quando a própria lei admite exceções para atividades classificadas como de baixa incomodidade.
- (B) analisar se a clínica se enquadra como atividade de baixa incomodidade e verificar o cumprimento dos requisitos específicos previstos na Lei de Zoneamento, condicionando a autorização ao atendimento integral desses parâmetros legais estabelecidos para a zona.
- (C) dispensar qualquer análise de compatibilidade urbanística, por considerar que a simples mudança de uso, sem aumento da área construída, não interfere no regime de zoneamento, tornando desnecessária a verificação dos limites e condições previstos na legislação.
- (D) exigir demolição parcial da edificação como condição prévia à análise do pedido, vinculando a alteração de uso à realização de reforma física relevante, ainda que tal exigência não conste das condições previstas na Lei de Zoneamento do município de Senador Canedo.

**QUESTÃO 50**

Leia o caso a seguir.

Em obra de edificação multifamiliar, o Fiscal de Serviços Urbanos constata que a construção avançou sobre recuo obrigatório lateral, reduzindo a faixa de segurança e ventilação previstas no projeto aprovado. Diante da gravidade da irregularidade, decide aplicar sanção e interromper a continuidade da obra.

O documento que, nessa situação, formaliza a infração à legislação urbanística, descreve o fato, indica o dispositivo legal violado e pode resultar em multa e outras medidas é

- (A) o relatório de vistoria, que se limita a registrar observações técnicas internas, sem efeitos sancionatórios.
- (B) a notificação prévia, instrumento exclusivamente educativo, que não gera penalidades nem registro de infração legal.
- (C) o termo de embargo, que apenas determina a paralisação da obra, sem caracterizar infração ou definir penalidade.
- (D) o auto de infração, que qualifica o infrator, descreve a irregularidade e fundamenta a aplicação de sanções administrativas.

## PROVA DISCURSIVA

### Questão 01

---

O poder de polícia constitui instrumento essencial da Administração Pública para disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano, assegurando a ordem, a segurança e o interesse coletivo. Considerando o conteúdo programático e a atuação do Fiscal de Serviços Urbanos, discorra sobre o conceito de poder de polícia, seus fundamentos e finalidade, bem como sobre seu exercício no âmbito da fiscalização urbana, observando os limites legais e a proteção dos direitos fundamentais.

**(100 pontos)**

# FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30